

MULHERES QUE ESCOLHEM NÃO TER FILHOS: EXPERIÊNCIAS DE NÃO MATERNIDADE À LUZ DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Fabíola Langaro¹

Giuliana Camilotti²

Resumo: Esta pesquisa objetivou a compreensão das experiências de não maternidade de mulheres que escolhem não ter filhos. Foram realizadas entrevistas com seis mulheres e realizada análise de conteúdo. Nos resultados, apresentam-se três categorias temáticas: as mulheres e suas histórias e projetos de vida; a escolha pela não maternidade; e os impactos psicológicos, sociais e familiares relacionados a essa escolha. Observa-se que a não maternidade marca uma diferenciação do que é esperado para os referenciais tradicionais de gênero, porém aponta para aberturas de vir a ser mulher para além da maternidade.

Palavras-chave: Não maternidade; Estudos de gênero; Psicologia.

Abstract: This research aimed the understanding of the non-motherhood experiences of women who choose not to have children. Surveys was performed with 6 women and content analysis was carried out. The results presents 3 thematic categories: The women and their histories and life projects, The choice for the non-motherhood, and Psychological, social and family impacts related to this choice. We can observe that the non-motherhood stablish the difference between what is expected for the gender traditional references, although it points out to the possibility of become a woman beyond motherhood.

Keywords: Non-motherhood; Gender studies; Psychology.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Psicologia. Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: flangaro@hotmail.com.

2 Pós-graduada em Saúde Mental e Desenvolvimento Humano. Universidade do Sul de Santa Catarina, giulianacamilotti.psi@gmail.com.

Introdução

A inclinação por estudar as experiências de mulheres que escolhem não ter filhos decorre da multiplicidade de fatores envolvidos nesse fenômeno e da importância de a psicologia se debruçar sobre ele. É relevante contextualizar que as experiências de mulheres são atravessadas por uma vivência de mundo com um recorte de gênero. Os estudos que pensam o gênero como uma categoria analítica compreendem-no “como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86). Nesse sentido, homens e mulheres passam a ser pensados como pessoas situadas em uma cultura e em certo momento histórico, que se apropriam das distinções biológicas para “naturalizar funções que são, na verdade, fruto do tipo de educação e socialização de uma época” (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2012, p. 2).

A adoção do conceito de gênero refere-se a importantes mudanças epistemológicas, em que, ao passar a utilizar esse conceito, nos referimos a uma compreensão de que “ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres, num processo que nunca está finalizado ou completo” (MEYER, 2003, p. 40). Ainda segundo a autora, o conceito de gênero sugere a existência de muitas maneiras de se constituir a feminilidade e a masculinidade, também associando essas a um caráter multifacetado da construção social e histórica dos sujeitos, compreendendo uma pluralidade de expressões possíveis, em articulação com as variadas dimensões sociais, como classe, raça/etnia, geração, religião e nacionalidade (MEYER, 2003).

Com relação à possibilidade de definição do que é ser mulher, Beauvoir (1949a, p. 16) aponta que o que caracteriza fundamentalmente uma mulher é ser o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro. Nesse sentido, a autora explica que as mulheres e os homens nunca partilharam o mundo em igualdade de condições, e, mesmo quando os direitos são abstratamente reconhecidos, “um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta” (BEAUVOIR, 1949a, p. 17). Com relação ao controle dos corpos das mulheres e à atribuição de certas características comportamentais e subjetivas a elas, Beauvoir (1949a) destaca que, de acordo com a construção social de um modelo hegemônico relacionado ao que se espera de uma mulher, cabe ao ser humano do sexo feminino participar de uma realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. A autora questiona: “Será esta secretada pelos ovários? Ou estará congelada no fundo de um céu platônico? E bastará uma saia fru-

fru para fazê-la descer à Terra? Embora certas mulheres se esforcem por encarná-lo, o modelo nunca foi registrado” (BEAUVOIR, 1949a, p. 10).

A maternidade, assim como o gênero, também foi construída socialmente e desde a Antiguidade é um símbolo importante e definidor da identidade de gênero mulher (MACHADO; PENNA, 2016). Tal condição, conforme Machado e Penna (2016, p. 2), “legitima-se por meio dos discursos religiosos, filosóficos, médicos, científicos e políticos”. De acordo com Moura e Araújo (2004), a partir do século XVIII e XIX, surgem como valores essenciais a devoção e a presença vigilante da mãe como cuidados necessários à preservação das crianças, além de “uma crescente valorização da mulher-mãe, a ‘rainha do lar’, dotada de poder e respeitabilidade desde que não transcendesse o domínio doméstico” (p. 47). Segundo as autoras, surge no discurso médico e filosófico a valorização do devotamento e do sacrifício feminino em prol dos filhos e da família como algo inerente à natureza da mulher. No entanto, ao observar historicamente a evolução das atitudes maternas, Badinter (1985, p. 2) escreve sobre o mito do amor materno e demonstra que “o interesse e a dedicação à criança não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais”.

As crenças generalizadas com relação ao amor materno visto como instinto e a existência de uma natureza feminina corroboram para uma estigmatização e patologização das mulheres que optam por não ter filhos, ou mesmo daquelas que questionam o amor pelos seus filhos. Como Moura e Araújo (2004, p. 47) apontam, afastar-se do status que a mulher havia adquirido na família e na sociedade trazia uma enorme culpa, “além de um novo sentimento de ‘anormalidade’, visto que contrariava a natureza, o que só podia ser explicado como desvio ou patologia”. Do ponto de vista do ideal de uma natureza feminina, “uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a anormal por excelência” (BADINTER, 1985, p. 9).

A questão da maternidade, nos seus mais diversos aspectos, esteve presente ao longo da luta libertária das mulheres, e as reflexões teóricas feministas, dessa forma, contribuíram e contribuem para pensar as implicações sociais e políticas da maternidade (SCAVONE, 2001). Desde posições que ressaltavam as implicações negativas da maternidade até as que valorizavam seus aspectos psicoafetivos; no seu conjunto, essas reflexões constituem uma crítica feminista ao discurso dominante e contribuem também para uma “maior tomada de consciência das mulheres na construção de uma escolha reflexiva da maternidade” (SCAVONE, 2001, p. 53). Com

relação às proposições e teorizações que pensavam as práticas possíveis de escolha reflexiva pela maternidade, Beauvoir (1949b, p. 326), por exemplo, já destacava que “uma obrigação nada tem de natural: a natureza nunca poderá ditar uma escolha moral”, assim como a relação dos pais com os filhos, ou mesmo da mulher com o marido, deveria ser livremente desejada.

Com relação à realidade brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de fecundidade total no Brasil no ano 2000 era de 2,38 filhos por mulher, já as projeções para o ano 2015 atestavam que essa média passava a ser 1,72 filhos por mulher (IBGE, 2013). Os dados apresentados pelo instituto mostram uma redução da quantidade de filhos por mulher, principalmente quando comparados com os anos de 1940, por exemplo, em que a média era de 6,16 filhos por mulher (IBGE, 2020). Patias e Buaes (2012) comentam sobre a diminuição do número de filhos por mulher, bem como o aumento dos casais sem filhos, mas destacam que isso ocorre nas camadas médias da população brasileira, relacionando ao aumento da escolarização das mulheres, a sua inserção no mercado de trabalho e à maior expectativa de vida da população como fatores que alteram os arranjos familiares. Fidelis e Mosmann (2013) comentam que os dados da diminuição de filhos por mulher aparentam mostrar um aumento na opção pela não maternidade ou por seu adiamento, o que justificaria estudos sobre o tema. Mansur (2003), por sua vez, menciona que há necessidade de serem feitas abordagens descritivas e compreensivas sobre o tema. Novamente Fidelis e Mosmann (2013) comentam sobre o fato de os estudos serem controversos e refletirem um processo em desenvolvimento, além de referirem uma escassez de pesquisas que abordem esse tema, sendo relevante a sua investigação no âmbito científico.

No tocante à vivência da não maternidade, Vazquez (2016) analisa em seu estudo que a ausência de filhos evidencia múltiplas formas de ser: mulheres que desejaram ter filhos e não os tiveram, mulheres que optaram por vidas sem filhos e outras que não tiveram filhos por ausência de casamento ou par afetivo. Estas últimas eram nascidas nas primeiras décadas do século XX, quando os padrões morais estabelecidos socialmente impediam qualquer sonho planejado de maternidade se a mulher fosse solteira (VAZQUEZ, 2016). Com relação às motivações para a escolha da não maternidade, Mansur (2003) também aponta em seu estudo algumas questões, como quando, em decorrência de um aborto, por escolha, algumas mulheres continuaram desejando ser mães, outras só continuaram não tendo filhos, e ainda há um terceiro grupo, para quem a maternidade não fazia parte do seu projeto de vida. Já no estudo de Fidelis e Mosmann (2013, p. 1), a carreira profissional é indicada como principal motivo associado à vivência da não maternidade.

Anãomaternidade, portanto, é um fenômeno “complexo, multidimensional, e dificilmente redutível a um único determinante” (MANSUR, 2003, p. 10). Segundo a autora, essa escolha e suas consequências implicam rompimento de um modelo feminino tradicional, que ensejam uma desconstrução do mito do amor materno e necessitam da ampliação das diversas dimensões que a vida de uma mulher possui para além do exercício da maternidade. Nesse sentido, levando em conta esse contexto social e as crenças relacionadas a esse tema, a pergunta sobre a qual a presente pesquisa se debruçou foi: quais são as experiências de não maternidade de mulheres que escolhem não ter filhos?

Com o intuito de responder a essa pergunta, o objetivo geral da pesquisa consistiu em compreender as experiências de não maternidade de mulheres que escolhem não ter filhos, e os objetivos específicos consistiram em: conhecer a realidade e o contexto social de mulheres que escolhem não ter filhos; investigar como as mulheres lidam com a opção de não ter filhos, articulando essa escolha também com outras escolhas no percurso de suas vidas, como trabalho, família, amigos e relacionamento amoroso; e conhecer os possíveis impactos familiares, psicológicos e sociais em relação à experiência de não maternidade dessas mulheres.

1 Método

A abordagem desta pesquisa classifica-se como qualitativa, visto que se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado (MINAYO, 2002, p. 21). Quanto à classificação, a pesquisa é definida como exploratória, pois buscou se aproximar do tema sem a pretensão de esgotá-lo, podendo ter sido esta a primeira etapa de uma investigação mais ampla (GIL, 2008). Em relação ao procedimento adotado, este caracterizou-se como um estudo de campo. Considerando que o estudo de campo se preocupa com o lugar ocupado pelas pessoas e pelos grupos convivendo numa dinâmica de interação social (CRUZ NETO, 2002, p. 54), o lugar da não maternidade por escolha foi aquele sobre o qual a pesquisa se debruçou.

A seleção das participantes se deu a partir da rede de relações da pesquisadora, caracterizando a amostragem do estudo como sendo por acessibilidade ou conveniência, como cita Gil (2008, p. 94). Nesse contexto, selecionam-se os elementos a que se tem acesso, admitindo que possam representar o universo de alguma forma. Assim, a pesquisadora informou pessoas conhecidas sobre sua pesquisa, a fim de entrevistar pessoas que fossem indicadas pelas pessoas próximas, e que estivessem dentro do perfil da pesquisa. Esse perfil consistiu em mulheres que escolheram não ter filhos,

fossem estes biológicos ou adotivos, e que não apresentassem qualquer impossibilidade biológica de engravidar. Este último critério adotado visava fazer com que a seleção das entrevistadas estivesse relacionada com a questão da não maternidade por uma escolha reflexiva, e não decorrente de limitações impostas pelo corpo. Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer nº 4.174.029, e de posse da indicação e do contato das possíveis participantes, a pesquisadora realizou uma primeira abordagem, explicando os objetivos e procedimentos da pesquisa.

Ao ter um aceite prévio para a participação, a pesquisadora agendou entrevistas, que foram realizadas por meio de videochamada, com o uso de ferramentas tecnológicas e da rede internacional de computadores, pela plataforma Google Meet. As entrevistas foram realizadas em local que pudesse haver sigilo das informações apresentadas, tanto para a pesquisadora quanto para as participantes, e houve também a gravação de voz, com o consentimento das entrevistadas, para a transcrição e análise dos dados posteriormente. No início das videochamadas, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo sido lido junto com as participantes. O consentimento de participação se deu por meio de formulário on-line, via Google Forms³, sendo que apenas mediante o aceite foi realizada a entrevista. Após a sua realização, o termo foi enviado por e-mail para as participantes, com a assinatura da professora orientadora e da pesquisadora principal.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, elaborada com base nos objetivos da pesquisa, e que, conforme Cruz Neto (2002), é o procedimento mais usual no trabalho de campo. A entrevista semiestruturada é entendida como uma conversa a dois, com propósitos bem definidos, reforçando a importância da linguagem e do significado da fala. Ao total, foram entrevistadas seis mulheres cisgênero, ou seja, cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhes foi atribuído no nascimento, com diferentes idades e etnias. Todas as participantes residiam na região da Grande Florianópolis, em Santa Catarina.

A tabela exposta a seguir apresenta a caracterização das participantes.

³ Consiste em um aplicativo de gerenciamento de pesquisas criado pela Google. Nele, podem ser realizados questionários e formulários para registro.

Tabela 1: Caracterização das participantes

Participantes	Idade	Raça/etnia autodeclarada	Grau de escolaridade	Ocupação	Relacionamento afetivo-sexual
Participante 1	36 anos	Parda	Graduação incompleta	Empresária	Casada
Participante 2	25 anos	Branca	Mestrado	Desempregada	Solteira
Participante 3	28 anos	Negra	Graduação incompleta	Professora particular e estudante	Em relação amorosa
Participante 4	25 anos	Branca	Graduação incompleta	Estudante	Solteira
Participante 5	31 anos	Branca	Graduação incompleta	Acompanhante terapêutica	Relacionamento estável
Participante 6	24 anos	Negra	Graduação	Desempregada e empresária	Solteira

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas (2020).

Para a efetivação da análise de dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que, de acordo com Gomes (2002), tem a função encontrar respostas para as questões formuladas e confirmar ou não afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação. Nesse processo, foram elaboradas categorias temáticas, o que consistiu em agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger os conteúdos semelhantes (GOMES, 2002). A análise de dados foi realizada em três fases, como propõe o autor: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Dessa forma, em um primeiro momento, foi realizada uma leitura geral da transcrição das entrevistas, em um segundo momento foi destacado aquilo que se repetia nas falas das entrevistadas e elaborado um quadro com esses trechos. Depois, visou-se agrupar os temas em três grandes categorias de análise e, por fim, seguiu-se à interpretação dos dados categorizados.

As três grandes categorias elaboradas para a análise de dados foram: quem são as mulheres que escolheram não ter filhos, a escolha pela não maternidade, e impactos psicológicos, sociais e familiares relacionados à escolha da não maternidade.

2 Análise e discussão dos resultados

A seguir, são apresentadas as três categorias de análise resultantes da exploração do material e do tratamento dos resultados obtidos a partir das entrevistas.

As mulheres e suas histórias e projetos de vida

Essa categoria de análise descreve quem são as mulheres que estiveram presentes na construção desta pesquisa, um pouco de suas histórias e seus projetos de vida, nos pontos que mais chamaram a atenção da pesquisadora, tanto pela repetição das falas como pelo conteúdo verbalizado. Dessa forma, apresenta-se o contexto de vida das participantes, acrescentando algumas informações articuladas aos seus dados de caracterização:

A participante 1 tinha 36 anos, era casada há 8 anos, realizava trabalhos de forma empreendedora, com o seu negócio próprio, após sentir a necessidade de retornar ao mercado de trabalho, pois havia sido dona de casa durante 10 anos. Inicialmente, vendia seus produtos para os clientes com horário marcado, depois passou a ter um quiosque para venda e, após trabalhar sem ter folgas, começou a encontrar seu tempo ideal de trabalho, dentro de suas possibilidades. Tinha muita facilidade em fazer amigos.

A participante 2 tinha 25 anos, havia concluído o mestrado há pouco tempo, estava em busca de emprego no momento e não estava em nenhuma relação amorosa, comentando que a questão amorosa “*não era uma prioridade*” para ela ou algo que ela ficasse “*dando muita importância*”. Gostava muito dos seus bichos de estimação, os seus dois cachorros. Estava buscando ser mais independente, fazer as coisas que gostava, sem precisar necessariamente de companhia.

A participante 3 tinha 28 anos, havia sido casada uma vez e se separado, estando no momento da pesquisa em uma relação amorosa que ela nomeou como “*sem grandes questões*”. Atuava como professora particular e estava cursando a graduação e, no momento da pesquisa, durante a pandemia de Covid-19, estava também fazendo serviços freelancer e entregas de moto para complementar a sua renda. Tinha variados planos para o futuro com relação à sua carreira profissional, desejando seguir uma carreira acadêmica, bem como fazer outras graduações para agregar à sua área de formação.

A participante 4 tinha 25 anos, estava cursando a graduação, tinha metas objetivas com relação aos seus planos futuros de trabalho, visando mudar de cidade para atuar diretamente com a área que gostaria de seguir dentro de sua profissão, e estava solteira no momento da pesquisa. Se nomeou como uma pessoa mais introvertida, que gostava dos seus poucos, mas bons amigos, com os quais ela estava sempre fazendo coisas em conjunto.

A participante 5 tinha 31 anos, estava cursando a graduação e trabalhava como acompanhante terapêutica, havia realizado uma intervenção de laqueadura há alguns anos e estava em um relacionamento estável há 9 anos.

Iniciou a sua vida laboral desde muito pequena, aos 7 anos, ajudando a sua mãe em faxinas, visto que tinham uma “condição financeira precária” e que sempre quis ter a sua independência e as suas coisas. Tinha o sonho de realizar uma determinada graduação e, após percalços em sua trajetória, desfrutava no momento da pesquisa desse lugar de estudante.

A participante 6 tinha 24 anos, graduação completa, estava desempregada, mas iniciando projetos de consultoria para empresas, o que também era um planeamento que a demandaria bastante tempo e dedicação. Estava sempre pensando no que iria fazer, como iria fazer e se estava gostando do que estava fazendo, com relação aos seus planeamentos; e comentou que isso estava dando certo até então. Havia terminado um relacionamento há pouco tempo, portanto estava solteira no momento da pesquisa.

Um aspecto importante a ser pensado é que as participantes da pesquisa tinham todas o nível de escolaridade mínimo de graduação incompleta. Nesse caso, pensando sobre a escolha da não maternidade, o recorte social de escolaridade é um fator a ser considerado como um acesso diferenciado à informação e ampliação da visualização de possibilidades, visto que, de acordo com Fidelis e Mosmann (2013), a primeira e esperada escolha para as mulheres é ainda a maternidade. Dessa forma, muitas mulheres optam por ela, algumas vezes mesmo sem desejá-la, “pela própria impossibilidade de questionar essa imposição social” (FIDELIS; MOSMANN, 2013, p. 3). Com isso, vale ressaltar que as possibilidades de questionar as imposições sociais e fazer escolhas mais reflexivas podem ser maiores, quanto maior for “a possibilidade de acesso à informação, à cultura e ao conhecimento especializado” (SCAVONE, 2001, p. 11). Sendo assim, segundo Scavone (2001), a maternidade e sua escolha é um fenômeno social marcado pelas desigualdades sociais, raciais/étnicas e de gênero subjacentes a ela. Nesse sentido, a opção pela não maternidade é mais frequentemente associada à classe média, tal como a mulheres que possuem nível superior (PATIAS; BUAES, 2012). Trata-se, portanto, de reconhecer que esse recorte de classe e escolaridade foi um marcador das participantes desta pesquisa.

Quanto ao aspecto da raça/etnia, foi realizado um cuidado para que as vezes participantes fossem diversas, buscando que as mulheres que participassem deste estudo pudessem ter vivências diferentes com relação à escolha pela não maternidade em intersecção com suas identidades raciais. Akotirene (2019) comenta sobre a simultaneidade em que acontecem as opressões de raça, classe e sexo para as mulheres negras, seguindo uma perspectiva interseccional. Nesse sentido, Martin (2006 *apud* ZANELLO, 2018, p. 168) aponta que, na cultura ocidental, “quanto mais chances uma

mulher tem de produzir (ter acesso a uma boa escolaridade, bons empregos, mobilidade social), menos ela precisa reproduzir (passa a ser opção)”, pois, nos casos em que as mulheres têm baixa escolaridade e pouco acesso a empregos bem remunerados, “a maternidade permanece como uma forte âncora identitária, garantindo um papel e lugar na comunidade” (ZANELLO, 2018, p. 169).

Pensando que pessoas negras estão, conforme dados do IBGE (2019), ocupando 29,9% dos cargos gerenciais contra 68,6% de pessoas brancas; estão presentes nas maiores taxas de subutilização da força de trabalho; estão em maior número nos menores índices de escolarização e também em maior número em ocupações informais, sendo 47,8% de mulheres pretas ou pardas contra 34,7% de mulheres brancas na ocupação informal no Brasil, a intersecção das opressões é um fator que pode influenciar na escolha pela não maternidade. Para as participantes desta pesquisa, visto que todas tinham o grau de escolaridade mínimo de graduação incompleta e já haviam optado por não ter filhos, o fator da classe e escolaridade, junto com a raça/etnia, pareceu influenciar essa escolha no sentido de gerar uma maior possibilidade para a opção pela não maternidade, tendo em vista os seus contextos sociais e seus acessos a outros aspectos da vida, para além da maternidade, como fatores geradores de lugares sociais e diferentes papéis na comunidade.

Uma das questões que permeou a fala da maioria das entrevistadas foi o trabalho como um aspecto importante de suas vidas, pensado muitas vezes como algo central, bem como o interesse em continuar aprimoramentos profissionais ao longo de suas trajetórias. A primeira e a sexta participantes se colocaram como empreendedoras e relacionaram esse vínculo de trabalho como algo prioritário em suas vidas, demonstrando estarem em uma relação de bastante tempo e dedicação para a execução de um negócio próprio. A terceira participante comentou:

Tenho muitos planejamentos para o futuro, de continuar essa formação e ter uma pós formação de mestrado e doutorado. Tenho também outras áreas de estudo, já que sou da área da educação, tenho bastante interesse por pedagogia, por filosofia também. E são coisas que eu pretendo para complementar minha formação futuramente, assim. (P3)

Outras duas participantes comentaram que têm uma relação bastante focada no trabalho e na faculdade, a quinta participante tendo iniciado sua vida laboral bastante cedo e a quarta participante nomeou-se “bem focada e viciada em trabalhar”. A literatura sobre mulheres, gênero e psicologia aponta o trabalho como dimensão de vida que intervém na escolha pela

não maternidade, ou mesmo amplia as possibilidades de vida da mulher para além do exercício desta como única fonte de satisfação e realização pessoal (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007; FIDELIS; MOSMANN, 2013; MACHADO; PENNA, 2016; PATIAS; BUAES, 2012; SCAVONE, 2001; SMEHA; CALVANO, 2009). Segundo Patias e Buaes (2012, p. 2), a figura feminina vem ganhando novo status, pois, além de mãe, vem se fazendo presente na esfera pública e no mercado de trabalho, podendo obter benefícios pessoais e prestígio profissional a partir da profissão. Fidelis e Mosmann (2013) expõem que as mulheres vêm conquistando novos papéis e cargos que seriam impensáveis em outros momentos, como o da Presidência da República, e, para as mulheres que colaboraram com o estudo das autoras, o trabalho também tinha um papel central como um fator que intervinha na escolha pela não maternidade.

Outro ponto que chamou a atenção foi a relação com os parceiros atuais das entrevistadas, sendo que três delas estavam em uma relação amorosa no momento da pesquisa. As três referiram as suas relações como de parceria e fortalecimento de suas opções e escolhas pessoais:

Com a parte do companheiro, assim foi a minha força principal de auxílio pra eu conseguir acho que ter a maturidade que eu tenho hoje. Foi com o apoio, porque assim, ele sempre foi aquela pessoa que nunca me privou de nada, nunca me barrou a nada; pelo contrário, sempre me incentivou. (P1)

Eu já tive outros relacionamentos, né, já fui casada. Hoje tenho esse relacionamento há 3 anos e é um relacionamento tranquilo assim, hiper leve, e sem grandes questões [] meu companheiro amoroso, de vez em quando a gente conversa sobre isso e ele sempre dá o maior apoio do mundo, exatamente por ele ter a experiência de ser pai e ele sempre fala ‘nossa é isso mesmo, é isso mesmo’. (P3)

Eu acho que é uma relação de bastante companheirismo, de bastante amizade, é uma relação gostosa, assim, sabe [] meu companheiro em nenhum momento ele foi ao contrário assim, ele me apoiou, me auxiliou nesse momento de ir lá, fazer a intervenção (de laqueadura), acompanhou, e em nenhum momento se opôs a isso. (P5)

Esse ponto se torna interessante de ser destacado na medida em que, para essas mulheres, a maternidade não foi algo imposto pelos seus companheiros, mas um ponto de concordância e apoio diante dessa escolha. De acordo com Beauvoir (1949b, p. 328), “a inferioridade da mulher provinha originalmente

de ela ter-se limitado a repetir a vida, enquanto o homem inventava razões de viver”. Nesse sentido, encerrar a mulher na maternidade seria perpetuar essa situação, mas, aparentemente, o apoio pela opção relativa à não maternidade torna-se um elemento de emancipação dessas mulheres, oportunizando a criação de outras razões de viver, inclusive por meio da relação amorosa.

Um último aspecto que chamou atenção relativo à situação e ao contexto das participantes foi a experiência de já conviver e ter relações com outras crianças de forma significativa. A primeira participante comenta que o cônjuge já tinha filho e que “é interessante que assim ó, mesmo a gente escolhendo não ter filho, no caso nós dois, né, a gente teve por um período uma sobrinha filha, então assim né, a minha sobrinha mais velha sempre foi muito grudada a mim”. A quinta participante comenta que “*de todos os sobrinhos eu sou a dinda*”, assim como a terceira participante acompanhou o processo de gestação da irmã até o nascimento do seu sobrinho, experienciando em alguns momentos também a convivência e colaboração com a sua educação.

Nesse ponto, cabe fazer uma associação, pois, de acordo com Zanella (2018, p. 154), “as mulheres têm seu processo de subjetivação marcado pelo hetero-centramento”, ou seja, centrado no outro, e dessa forma existe uma naturalização da capacidade de cuidar nas mulheres. Sendo assim, segundo Zanella (2018, p. 153), “uma mulher, ainda que sem filhos, será interpelada a funcionar em maior ou menor grau nesse dispositivo”. Nesse caso, as relações de cuidado relatadas pelas participantes da pesquisa corroboram com a confirmação do que é dito pela autora, já que ali existem relações de cuidado alternativas, para além da relação de maternidade propriamente dita, como algo que fazia parte de suas histórias de vida.

A escolha pela não maternidade

Essa categoria surge a partir do segundo objetivo específico da pesquisa, que consistia em investigar como as mulheres lidam com a opção por não ter filhos, articulando essa escolha também com outras escolhas no percurso de suas vidas, como trabalho, família, amigos e relacionamento amoroso. Assim, apareceram questões como: a grande responsabilidade que um filho demanda, associada ao fenômeno da culpa materna a partir da responsabilização das mulheres acerca de todas as possíveis necessidades e dos percalços na vida da criança, e o desejo por outras coisas para além da maternidade como algo prioritário em suas vidas, bem como a não manifestação do desejo de ser mãe.

Sobre a questão de um filho demandar grande responsabilidade, seguem algumas falas das entrevistadas:

Optei por não ter, e hoje eu vejo que, assim, foi a melhor escolha que eu fiz na minha vida. Quando eu vejo a trabalhadeira que as minhas irmãs tomam, eu falo ai que coisa boa! Hoje eu sou feliz da vida com os meus gatinhos. (P1)

Vi que talvez só uma questão de ter uma estrutura financeira para ter um filho, talvez precisasse de muito mais, né, como tempo, como dedicação, como realmente vontade de educar um ser humano na sociedade e tudo mais, [] é realmente uma demanda muito grande e quando se tem alguém pra dividir você divide, se não soma uma pessoa a mais, né, porque no final das contas muitas mulheres que estão com o marido que não querem ter filhos, mas têm, acabam sendo mãe tanto do filho quanto do esposo. (P2)

E, claro, eu também tenho medo de que, tipo se eu tivesse um filho, que ele fosse uma pessoa péssima, sabe, uma pessoa horrível e aí cresce e vai fazer coisas horríveis e eu vou sentir que a culpa é totalmente minha e que eu criei errado essa pessoa. Eu sei que eu sentiria culpa por essa pessoa por tudo que ela fizesse, então isso também me influenciou. (P3)

A gente sabe que quando tem um casamento é geralmente a mãe que vai absorver toda essa questão da maternidade, de ter que cuidar do filho, de se responsabilizar por toda essa construção social que tem aí, né, sobre esse patriarcado geralmente os filhos acabam ficando pra mãe então aquela realidade não era algo que eu queria, não me veio como algo desejante, sabe? (P5)

Eu acho que seria muito ruim estar viajando, rodando o mundo, ou então estar trabalhando 24 horas ou mais e não se dedicar um tempo pra criação, pro cuidado, pra atenção. E eu sei que eu não faria isso porque eu gosto muito de estar fazendo as coisas que eu escolhi fazer. E ficaria ruim para a criança, então melhor não tê-la. (P6)

A partir dessas falas, é possível problematizar o que tem se esperado acerca das maternidades por meio de um discurso social hegemônico, reproduzido também na fala das entrevistadas. Nesse aspecto, Meyer (2003) comenta que, na contemporaneidade, existe uma nova politização acerca do exercício da maternidade, na qual “gerar e criar filhos ‘equilibrados e saudáveis’ passa a ser social e culturalmente definido, também, como um ‘projeto’ de vida, responsabilidade individual de cada mulher que se torna mãe, independente das condições sociais em que essa mulher vive e dos problemas que ela enfrenta” (MEYER, 2003, p. 37). Nesse contexto, ainda segundo a autora,

o exercício da maternidade se transforma em uma tarefa extremamente difícil e abrangente. Uma revisão sistemática de literatura sobre o não desejo de maternidade feita por Leal e Zanello (2019, p. 135) observou que esse não desejo pode “estar questionando sobre certo tipo de maternagem e o que ela impõe às mulheres, como a hiper concentração de responsabilidades, ainda pouco divididas em geral, mais ainda no mundo latino”, o que também corrobora com as falas das entrevistadas na presente pesquisa.

Na continuidade, aparecem outras prioridades que essas mulheres demonstraram ter, para além da maternidade, como algo desejado:

Eu pretendo focar, eu pretendo ter um tempo mais pra mim, então tipo eu vou estar trabalhando, só que quando eu for descansar eu vou querer estar descansando de verdade, eu não vou querer estar me preocupando com outra coisa a intenção é viajar, então é também um dos fatores que me preocuparia, me prenderia, na verdade, porque daí eu ia ter que pensar, ‘ah não, tenho que deixar com alguém’, e aí tem que cuidar, ou então tem que levar. (P6)

Há outras falas nesse sentido: “Bom, se eu quero trabalhar tanto, se eu quero me dedicar tanto, se eu quero fazer uma carreira, se eu quero tantas coisas, então por que eu vou gerar uma outra vida, que faça passar pela angústia que eu passei, sabe?”, da terceira participante, sendo a sua angústia referente à distância que teve da mãe em sua infância em razão do trabalho dela; “Eu acho que eu queria sempre outras coisas, que não ser a mãe, sabe?”, da quinta participante; e “Eu acho que a coisa principal de eu não querer ter um filho é porque simplesmente eu não tenho desejo nenhum”, da quarta participante.

Essas falas convergem com o que é demonstrado por Badinter (1985) acerca do mito do amor materno, enraizado na construção social do ser mulher como algo necessariamente ligado ao ser mãe, muitas vezes por justificativas biológicas. Nesse ponto, a autora questiona, pelas mais variadas demonstrações das atitudes maternas ao longo da história, se não temos uma tendência a confundir determinismo social com imperativo biológico. As falas das entrevistadas, portanto, confirmam e remetem, assim como Badinter (1985, p. 2) expõe, que “o amor materno pode existir ou não, aparecer e desaparecer, e é um sentimento humano como outro qualquer, incerto, frágil e imperfeito”, podendo as mulheres estarem atentas e inteiradas a outras prioridades em suas vidas, inclusive relatando o não aparecimento desse desejo.

Impactos psicológicos, sociais e familiares relacionados à escolha da não maternidade

A terceira e última categoria buscou aprofundar-se diante dos impactos psicológicos, sociais e familiares sobre a escolha de não exercer a maternidade. Nesse sentido, apareceram algumas questões como: as construções sociais da maternidade; a visão dos outros sobre isso juntamente com alguns impactos familiares; algumas situações de apoio e novas elaborações sobre a maternidade, que transgridem de alguma forma aquilo que é preconizado socialmente.

Relativo às construções sociais acerca da maternidade, quatro participantes comentaram sobre a influência do modelo hegemônico de família e a construção do ser mulher estar atrelada ao ser mãe como algo que vinha a afetar suas concepções até um certo período da vida, como seguem nas falas: *“Eu imaginava, assim, na minha cabeça, que um casal pra ele ser um casal completo ele tinha que ter filhos, né, então assim, era casar e ter filho. Na minha cabeça era assim e na minha adolescência eu pensei sempre assim”*, da primeira participante; *“Pequeninha, obviamente, como a gente não tinha muita noção, acho que é enraizado em ti que tu precisa ter filhos, precisa constituir família e etc. Então eu cresci pensando nisso assim”*, da segunda participante; *“Porque eu tinha vontade de ser mãe, né, quando eu era criança até o início da adolescência. Eu tinha muito uma concepção de não ter relacionamento amoroso, mas ter filhos”*, da quarta participante; *“Antes de eu namorar, ali pelos 14, 13 anos o mundo girava no que as pessoas falavam que seria bom, né, que era casar, ter filho e aí arranjar um emprego, então, meu Deus, naquela época a minha ideia era ter 6 filhos (risos), eu lembro bem”*, da sexta participante.

Os estudos de gênero, nesse sentido, trazem contribuições importantes para pensar a constituição dos sujeitos no contexto social marcado pelo atravessamento do ser mulher, em que, por exemplo, desde pequenas as meninas são socializadas por meio de brincadeiras com bonecas, e, como comenta Zanella (2018, p. 150), “o processo de interpelação da performance do cuidar ocorre desde o dia em que nascemos, por meio dos brinquedos que recebemos”. O que também remete à reflexão de Meyer (2003), que ao nos deslocarmos a uma abordagem mais ampla daquilo que é analisado como papéis/funções de mulher e de homem, admite-se que “as próprias instituições, os campos de saber, os símbolos, as normas, as leis de uma sociedade são constituídas pelas representações de feminino e de masculino e expressam e reproduzem essas representações” (MEYER, 2003, p. 40). Sendo assim, a fala das participantes acerca de suas concepções até um certo período da vida descortina a reprodução dessas representações pré-

moldadas ao conceito de “ser mulher”, “ser um casal” e “precisar constituir família”.

Com relação à visão dos outros sobre essa escolha, a principal questão que apareceu nas falas das entrevistadas a partir do âmbito familiar foi de que a escolha “*não era séria*” e que elas iriam mudar de ideia. Isso demonstra o aspecto de a maternidade ser colocada no lugar do esperado e “natural” para as mulheres, visto que, nas falas dos familiares das participantes, natural seria que desejassem ser mães, e, portanto, o não desejo seria temporário e passageiro. As autoras Trindade, Coutinho e Cortez (2016, p. 144) comentam sobre um “bombardeio de estímulos, advindos das mais diversas fontes (familiares, religiosas, institucionais e midiáticas)” que dificultam, ainda hoje, o pensar na mulher sem associá-la à maternidade, sendo esse aspecto das falas dos familiares das participantes convergentes com isso.

Com relação aos outros para além da família, apresentaram-se nas falas também a questão de que “*é muito nova, é capaz de mudar de ideia, então não seja radical*”, como relata ter ouvido a segunda, a terceira e a sexta participantes, ou também:

Eu sou vista como imatura, como irresponsável, como egoísta como alguém que não quer ter responsabilidade na vida. Então o fato de trabalhar, ter horários, pagar minhas próprias contas desde os meus 15 anos de idade não foi o suficiente. O suficiente é como se eu só fosse responsável a partir do momento em que eu gerasse uma vida. (P3)

Ainda, há a geração de estranheza, como relata a quarta participante: “*Uma das minhas melhores amigas uma vez me falou que é super estranho ver uma mulher tão decidida, e que saiba desde pequena que não quer ter filho, que isso não é comum*”. Patias e Buaes (2012) comentam que toda escolha traz em si ambivalência, cobranças e consequências, sendo que, quando o sujeito toma outras posições diferentes daquelas já conformadas, como a da identidade feminina relacionada à maternidade, desestabilizam-se referenciais. Conjuntamente, a escolha do outro afeta as escolhas que são feitas individualmente, podendo ser essa estranheza, visão de egoísmo e irresponsabilidade, para além de uma desestabilização de referenciais daquilo que é enraizado socialmente, também uma abertura para o sujeito que escuta questionar a sua própria escolha. Segundo Johanson (2018, p. 244), “a subjetividade se constitui, ela também, no mundo, por sujeitos, em meio a, junto de, concomitantemente a outros sujeitos”, ou seja, é pensada em conjunto com os outros e é afetada por essas relações.

Em relação às situações de apoio, duas participantes comentaram sobre as pessoas da sua faixa etária respeitarem as suas escolhas, como a fala da segunda participante: “As pessoas da minha faixa etária que eu comento, respeitam. Acho que hoje em dia é uma coisa muito falada, então e a maioria das minhas amigas são feministas e então respeitam a minha escolha e tudo”; e a fala da sexta participante: “Tem uns que não tão nem aí, porque a vida é minha. Mas o pessoal da minha idade que tem os mesmos pensamentos que eu, super concordam”. Sobre esse aspecto de faixa etária, Vazquez (2016) comenta que os caminhos, as escolhas e as possibilidades são mais amplos para o que ela chamou de “mulheres da terceira geração”, as quais, no seu estudo, seriam as nascidas entre 1960 e 1970. A autora destaca que, cada vez mais, “a decisão de não ter filhos pode ser, simplesmente, apenas mais uma das muitas escolhas da vida” (VAZQUEZ, 2016, p. 359). É importante lembrar que as mulheres que nasceram nas décadas de 1920 e 1930 tinham poucas opções para evitar ter filhos, como celibato para mulheres solteiras e coito interrompido ou abortos para as casadas; as nascidas entre 1940 e 1950 presenciaram a revolução sexual; e as nascidas nas décadas de 1960 e 1970 já conviveram com discursos sobre reprodução assistida, disponibilidade comercial da pílula anticoncepcional e “barriga fraterna ou solidária” (VAZQUEZ, 2016, p. 341). Como essas mudanças de discursos e práticas são produtoras também de mudanças subjetivas, abrem-se maiores possibilidades de compreensão acerca do fenômeno da não maternidade por escolha, quando pensadas em articulação ao contexto histórico e social em que os sujeitos estão localizados.

○ ponto destacado pela participante 2, sobre suas amigas serem feministas e, portanto, respeitarem a sua escolha, torna relevante realizar uma breve contextualização com relação ao movimento feminista, apontando um pouco do seu histórico e das suas relevantes contribuições. Ressalta-se que o movimento feminista possui variadas vertentes e correntes de pensamento, nesse caso, ele não é um só, mas faz parte de uma totalidade de expressões. Dito isso, a primeira onda do movimento feminista, conforme Marques e Xavier (2018), consistiu na busca por direitos políticos, educação e mudanças na legislação sobre o casamento a partir da perspectiva das mulheres burguesas; a vivência com lutas operárias e a aproximação com os estudos marxistas das mulheres trabalhadoras; e o movimento sufragista, de direito ao voto, que alcançava tanto as mulheres burguesas como as operárias.

A segunda onda do movimento feminista, por sua vez, carregava o lema “o político é pessoal”, abordando “questões da violência social e doméstica que as mulheres sofriam, afirmando que essa questão deveria ser tratada pela esfera pública em busca de soluções” (MARQUES; XAVIER, 2018, p.

4). Além disso, de acordo com as autoras, a segunda onda também inicia discussões sobre papéis de gênero, opressão da mulher, sexualidade e dominação. Nesse sentido, é nessa segunda onda que começam discussões sobre a liberdade sexual da mulher, o aborto e a discussão sobre o direito pela decisão de ter ou não filhos, incluindo a abordagem sobre o desejo de ser ou não ser mãe.

A terceira onda, ainda segundo Marques e Xavier (2018), constituiu-se de questionamentos dentro do próprio movimento com relação ao fato de os estudos feministas abordarem somente experiências que representavam mulheres de classe média e brancas. Portanto, a terceira onda vem ampliar as discussões e agregar novas correntes, que passam a considerar raça, classe e localidade. Nessa onda, como exposto pelas autoras, desenvolvem-se perspectivas na linha do movimento negro, buscando representar a pluralidade feminina, como também o movimento feminista lésbico, interseccional, transfeminismo, entre outras vertentes. Essa contextualização acerca das ondas feministas e da constituição das pautas do movimento, considerando uma variabilidade de expressões, aparece como necessária de ser ressaltada diante da experiência relatada pela participante 2 e pela escolha de todas as participantes que fizeram parte da pesquisa, visto que são atravessadas pelas vivências do ser mulher e do optar pela não maternidade nesse contexto.

Por fim, surgiram algumas elaborações sobre o exercício da maternidade, que transgridem de alguma forma aquilo que é preconizado socialmente. Surgiram falas como: *“Se eu optar por não ter, né? Eu não sou obrigada a ter filho pra ser feliz. Eu não preciso ter filho pra cuidar de mim quando eu ficar velha”*, da primeira participante; *“Eu fui vendo que ter filhos não é um sinal de ser bem-sucedida na vida, etc. e tal, tem outras coisas consideradas como ser bem-sucedida na carreira, ser estável emocionalmente, coisas assim”*, da segunda participante; *“Eu sou muito mais mesmo de fazer minha carreira, ter dinheiro e quando eu ficar velha e se eu precisar de um cuidador pagar um bom enfermeiro ou uma boa casa de repouso e eu fico bem mais tranquila”*, da terceira participante; *“Se tu não quiser ter filho não tem nada demais, não tem problema, a gente não precisa, assim, de um ser humano saindo da gente ou adotado pra gente se sentir completa ou bem ou realmente mulher”*, da quarta participante; *“Então fazer uma intervenção no próprio corpo reafirmando esse desejo de não ser mãe, foi algo muito satisfatório pra mim. Tipo foi algo, é o meu corpo”*, da quinta participante; e *“Mas gente, eu não sou obrigada a ter um filho porque quem vai ter sou eu, então eu não quero um filho. Eu não vou ter um filho para agradar os outros”*, da sexta participante.

Com relação a essas colocações, é preciso reconhecer que, como apontam Barbosa e Rocha-Coutinho (2012), apesar da evidenciada pressão para o exercício da maternidade e o seguimento de um padrão feminino

tradicional, a escolha pela maternidade está começando a ser relativizada para muitas mulheres e homens atuais, destacando novas maneiras de lidar com essa pressão para serem mães e com os sentimentos decorrentes dessa vivência. A partir disso, surgem novas elaborações possíveis para questionar aquilo que é “esperado” ou “certo” acerca do ser mulher, bem como as formas de se colocar diante desse não desejo de ser mãe, evidenciadas nas falas das entrevistadas por meio de um discurso que poderia ser considerado como contra-hegemônico.

3 Considerações finais

Com esta pesquisa, entende-se que foi possível, de alguma maneira, efetuar uma compreensão sobre as experiências de não maternidade de mulheres que escolhem não ter filhos. Considerando, no entanto, que esse é um fenômeno amplo e multideterminado, mais estudos são bem-vindos sobre o tema, buscando ampliar a capacidade de abranger os aspectos relacionados a esse lugar social. No que concerne aos objetivos específicos da pesquisa, acredita-se que foi possível conhecer alguns elementos da realidade e do contexto social dessas mulheres, e investigar perspectivas de como lidam com essa opção, relacionadas a alguns pontos, como trabalho, família e relacionamento amoroso.

Um dos aspectos da investigação da opção por não ter filhos articulada a outras vivências que poderia ter sido melhor abordado foi o da vida social/afetiva relacionada às amizades. Em virtude de estarmos vivenciando, no momento da pesquisa, o distanciamento e isolamento social em função da pandemia de Covid-19, essa área da vida estava visivelmente afetada no contexto das participantes da pesquisa, sendo esse um ponto que ficou, de certo modo, deslocado da experiência em tempos em que não houvesse a condição de isolamento social. Com relação aos impactos familiares, psicológicos e sociais, acredita-se que foi possível conhecer alguns deles e relacioná-los com as teorias presentes em outros artigos científicos e referências publicadas sobre o tema da não maternidade.

Pensando sobre algumas limitações da pesquisa, novamente devido a ela ter sido realizada durante a pandemia do novo coronavírus e as entrevistas terem se dado por meio da virtualidade, por videochamada, a percepção de alguns aspectos como a tonalidade da voz, a comunicação não verbal e corporal foram dificultadas. Visto que a pesquisa foi efetuada por meio dessas plataformas virtuais, houve também um recorte de classe relativo ao acesso à internet e aos dispositivos eletrônicos para realizar a entrevista, interferindo, dessa forma, na amostra das participantes da pesquisa, assim como na idade

das participantes com as quais a pesquisadora poderia ter contato por esses meios, em virtude da facilidade e intimidade com o acesso virtual. Destaca-se, entretanto, que o processo de escuta se deu de forma rica por meio da troca de palavras e dos momentos em que foi possível conectar-se com as participantes.

A partir das análises realizadas, percebe-se que alguns pontos relatados pelas participantes reforçam quanto a escolha pela não maternidade ainda marca uma diferenciação acerca daquilo que é esperado para os referenciais tradicionais pensados para homens e mulheres em nossa sociedade, porém seus discursos também demonstram aberturas a novas possibilidades de vir a ser mulher para além da maternidade. As elaborações feitas pelas participantes diante do lugar social de escolha pela não maternidade demonstraram algumas transgressões relativas ao discurso hegemônico, descortinando prazeres, possibilidades, certezas e satisfações provenientes desse lugar.

Uma direção interessante trazida por uma das participantes foi o aspecto da orientação sexual como algo essencial de ser destacado sobre a sua vivência de não maternidade. A participante relatou a sua bissexualidade como um fator importante para pensar a cobrança social a respeito dessa escolha. Surgiram comentários sobre as diferenças que ela percebe no tratamento com mulheres heterossexuais, bissexuais e lésbicas, sendo que, com as mulheres heterossexuais, a cobrança seria maior; com as mulheres bissexuais, a cobrança dependeria do sexo da pessoa com quem elas estariam se relacionando; e, com as mulheres lésbicas, ela praticamente não via uma cobrança com relação a exercer a maternidade. Esse recorte, portanto, torna-se uma possibilidade mais específica de estudo a ser feito em próximas pesquisas científicas sobre o assunto.

Ressalta-se, por fim, que esta pesquisa não poderia materializar-se sem a existência do feminismo, o qual, como movimento, se organiza e reorganiza a todo momento desenvolvendo a teoria e a prática para uma efetivação da equidade de gênero e direitos para todas e todos. Sem esse movimento de luta libertária das mulheres, não haveria a possibilidade de diálogo diante da escolha pela não maternidade, com sentimentos, vivências e implicações atreladas a essa escolha de forma aberta e, inclusive, realizada por meio da ciência.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 577-587, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2020.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a. v. 1.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b. v. 2.
- CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 51-66.
- FIDELIS, Daiana Quadros; MOSMANN, Clarisse Pereira. A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. **Aletheia**, Canoas, n. 42, p. 122-135, dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2020.
- GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 67-80.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Fecundidade no Brasil (1940 a 2010)**. IBGE educa, 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-atividades/17658-fecundidade-no-brasil-1940-a-2010.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxas de fecundidade total**. IBGE, Projeção para a população do Brasil, 2013. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

JOHANSON, Izilda. Moral da ambiguidade, liberdade e libertação: filosofia e feminismo em Simone de Beauvoir. **Ethic@**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 239-257, 31 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2018v17n2p239>. Acesso em: 1º nov. 2020.

LEAL, Daniele; ZANELLO, Valeska. O não desejo de maternidade: um fenômeno crescente, mas ainda pouco pesquisado no Brasil. In: OLIVEIRA, Susane; SILVA, Edlene; ZANELLO, Valeska. **Gênero, subjetivação e perspectivas feministas**. Brasília, DF: Technopolitik, 2019. p. 210-243.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Claudia Maria de Mattos. Reprodução feminina e saúde sob os olhares de mulheres sem filhos. **REME – Rev Min Enferm**, v. 20, p. 1-7, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-835279>. Acesso em: 21 mar. 2020.

MANSUR, Luci Helena Baraldo. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, DF, v. 23, n. 4, p. 2-11, dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2020.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. In: SEMINÁRIO CÉTROS, 6., 2018, Itaperi. **Anais []**. Itaperi, 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf. Acesso em: 9 dez. 2020.

MEYER, Dagmar Estermann. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 33-58, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/2817/1432>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAUJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 44-55, mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo>

br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 out. 2020.

PATIAS, Naiana Dapieve; BUAES, Caroline Stumpf. “Tem que ser uma escolha da mulher”! representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 300-306, ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 mar. 2020.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface**, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47-59, fev. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 abr. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SMEHA, Luciane Najjar; CALVANO, Lize. O que completa uma mulher? Um estudo sobre a relação entre não-maternidade e vida profissional. **Psicol. argum.**, Curitiba, v. 27, n. 58, p. 207-217, jul./set. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-540800>. Acesso em: 21 mar. 2020.

TRINDADE, Zeidi; COUTINHO, Sabrine; CORTEZ, Mirian. Ainda é proibido não ser mãe? A não maternidade tratada nas publicações científicas da Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s):** questões para a Psicologia. Brasília, DF: CFP, 2016. p. 143-165.

VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Memórias de uma ausência: mulheres sem filhos e suas narrativas sobre maternidade no Paraná do século XX. **Revista de História Regional**, v. 21, n. 2, p. 338-363, 2016. Disponível em: <https://revistas.apps.uepg.br/index.php/rhr/article/view/9163>. Acesso em: 26 mar. 2020.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em julho de 2021

Aprovado em janeiro de 2022